



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 8 de dezembro de 2021

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na terça-feira	Capital de giro Na terça-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,65% São Paulo	104.466	R\$ 1.100	1/dezembro 5,671 2/dezembro 5,660 3/dezembro 5,679 4/dezembro 5,690	R\$ 6,326	6,76%	9,06%	Junho/2021 0,53 Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25
1,4% Nova York	107.558						
	02/12 03/12 06/12 07/12						
			Na terça-feira				
			R\$ 5,618 (-1,27%)				

CONJUNTURA

Crédito a aposentado terá juro mais alto

Em janeiro, taxa máxima dos empréstimos consignados para beneficiários do INSS passa para 2,14% ao mês

» FERNANDA STRICKLAND
» MARIA EDUARDA ANGELI*

Aposentados e pensionistas do Instituto Nacional da Previdência Social (INSS) vão pagar mais caro, a partir de janeiro, pelo crédito consignado concedido pelos bancos — aquele em que o valor das parcelas é descontado diretamente na folha de pagamento. Os juros dos empréstimos vão subir de 1,80% ao mês para 2,14%, e as taxas do cartão de crédito consignado vão passar de 2,70% para 3,06%. A medida era reivindicada pelos bancos e foi aprovada na última terça-feira pelo Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS).

A alta afeta diretamente milhões de segurados do INSS que recorrem aos empréstimos. De acordo com o Banco Central, o saldo das operações de crédito consignado para beneficiários da Previdência alcançou R\$ 186,7 bilhões em outubro, quase 20% a mais do que o volume de um ano atrás.

Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, foram levadas em conta, para o reajuste, a elevação da taxa básica de juros, a Selic, e a alta da inflação. “Os conselheiros reconheceram a necessidade de alterar a taxa para se adequar às oscilações do mercado financeiro e ressaltaram a importância da educação financeira para aposentados e pensionistas do INSS”, diz comunicado distribuído pela pasta.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que baliza os reajustes dos benefícios previdenciários, já subiu 8,45% neste ano, passando dos 10% no período dos últimos 12 meses. A Selic, que estava em 2% ao ano, no início de 2021, chegou a 7,75% em outubro e, hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) deve anunciar uma nova alta, que, segundo estimativas de analistas, deve levar a Selic para 9,25%.

Em 2020, no início da pandemia, as taxas máximas do crédito consignado para beneficiários

do INSS foram reduzidas de 2,08% para os atuais 1,80% ao mês. O objetivo do governo era reforçar o crédito e sustentar a demanda da economia, que sofreu um forte abalo em consequência da pandemia da covid-19 no país e das medidas de isolamento social necessárias para combater a doença.

Desde então, a situação mudou, a inflação entrou em disparada e o BC decidiu elevar a Selic para diminuir a oferta de crédito no mercado.

Na opinião da advogada Izabelle Oliveira, o reajuste vai ter impacto negativo no orçamento dos beneficiários, que já vêm sofrendo com a redução do poder de compra provocado pela inflação. “O crédito consignado era um recurso alternativo de ajuda para tais problemas”, disse. Para ela, o aumento na taxa pode inviabilizar o acesso aos empréstimos para muitos aposentados e pensionistas.

A possibilidade de contar com um empréstimo mais barato do que as opções existentes no mercado sempre agradou à aposentada Lídia Luz, de 81 anos. Ela relatou que, tão logo recebeu a primeira carta do governo informando sobre o crédito, logo após o falecimento do marido, correu para o INSS. “Eu fui logo, rapidamente, fiz o meu. Hoje não posso fazer mais, por conta do limite de idade de 78 anos, e lamento. Enquanto eu tive o consignado, vivi uma vida de rainha”, disse.

Adelaide Simões, aposentada e mãe de três filhas adultas, nunca fez empréstimo consignado e explica: “Sou contra, mas entendo quem faz. De tanto pagar empréstimo não sobra nada para você”. Ela acredita que é mais seguro juntar dinheiro quando possível. “Meus pais sempre falaram ‘se você ganhar, você tem que aprender a viver com x’, e sempre guardar, mesmo quando se ganha pouco, porque quando você ganhar mais você só vai guardar mais”, afirma.

* Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Custo maior

Juros do crédito consignado a beneficiários do INSS vão aumentar. Saldo das dívidas de aposentados e pensionistas da Previdência com essa modalidade cresce quase 20% em um ano e chega a R\$ 186,7 bilhões.

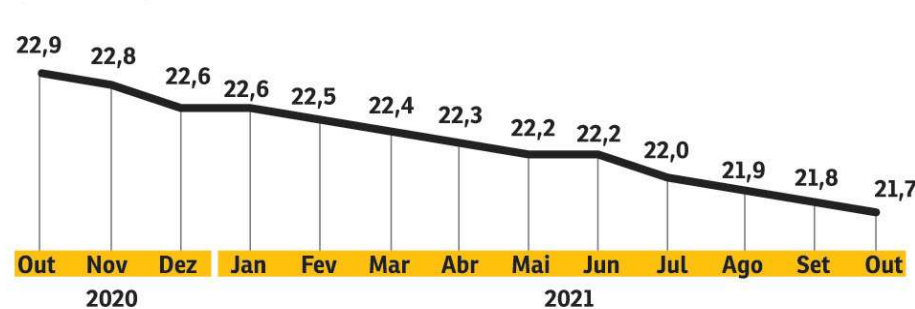
1,80% ao mês

É o teto das taxas de juros dos empréstimos consignados para beneficiários do INSS

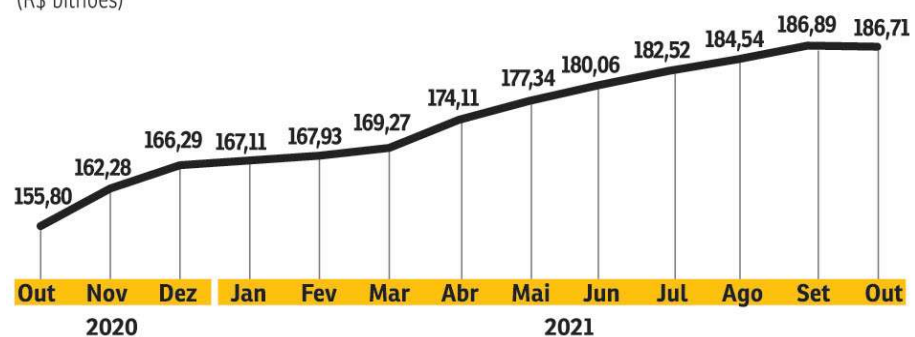
2,14% ao mês

Será o teto, a partir de janeiro, conforme decisão do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)

VEJA A EVOLUÇÃO DOS JUROS DO CRÉDITO CONSIGNADO AOS BENEFICIÁRIOS DO INSS



SALDO DOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS A BENEFICIÁRIOS DO INSS



Fonte: Banco Central (BC)



Pacifico/CB/D.A Press

Projeto para segurar preço da gasolina

» CRISTIANE NOBERTO

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei que propõe a taxação de exportações de petróleo cru e a criação de um fundo de estabilização dos preços dos combustíveis. A proposta visa criar uma folga para os consumidores e evitar mudanças bruscas nos preços da gasolina e demais derivados. Agora, o texto segue para votação no Plenário da Casa.

De acordo com o senador Jean Paul Prates (PT-RN), relator do projeto, a proposta é baseada em um “tripé” que, além da criação do fundo, estipula uma nova política de preços de venda a distribuidores e empresas que comercializam derivados do petróleo produzidos no país. Mas ainda há divergência entre os parlamentares sobre o subsídio.

“Estamos tentando criar um sistema de amortecimento para que um país grande produtor de petróleo assegure ao investidor a receita, mas que atenuem os impactos para o comprador de gás de cozinha, diesel e gasolina. É a solução possível”, afirmou o Prates.

A política de preços da Petrobras, adotada em 2016, no governo Temer, que se baseia nas cotações internacionais do petróleo e na taxa de câmbio, tem sido criticada por parlamentares e pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), que tem intensificado os ataques à empresa. O presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, defende a paridade internacional de preços, medida que possibilitou a redução do endividamento da empresa, turbinado nos governos petistas. No mês passado, em audiência pública no Senado, Luna, afirmou ser contrário

à taxa de exportação sobre óleo bruto, medida que, segundo ele, traria insegurança jurídica e “desestimularia investimentos no Brasil”.

Inércia

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) apoia o projeto. De acordo com o coordenador geral da entidade, Deyvid Bacelar, a proposta é “um avanço”. Ele critica a constante alta dos combustíveis e a disparada da inflação, provocada pela “inércia do governo federal”. “Não é mais possível conviver com essa situação. É possível reduzir o que o brasileiro paga hoje nas bombas de gasolina e diesel e no gás de cozinha”, disse.

Na avaliação de William Baghdassarian, professor de finanças do Ibmecc, ainda que os parlamentares tenham boa intenção,

a iniciativa perdeu o timing. Ele disse que os preços dos insumos que compõem a gasolina caíram em todo o mundo. Além disso, não valeria a pena adotar uma medida estrutural sendo que os preços são variáveis. “Essas propostas têm eficácia limitada, pois o que faz a gasolina subir são os insumos e o preço do dólar. Já passamos pelo pior momento e, nos próximos meses, a tendência é de os combustíveis terem uma queda significativa”, disse.

De acordo com o especialista, tornar o preço da gasolina mais rígido pode dificultar futuras quedas dos preços. “O preço não é dado pelo custo e, sim, pelo valor que as pessoas estão dispostas a pagar. Se as pessoas que estão consumindo pagam o valor que for, quem vende não tem incentivo para diminuir”, afirmou. (Colaborou Maria Eduarda Angeli)

SEMINÁRIO

Desafios da economia brasileira em debate no Correio

Com o Brasil entrando em recessão técnica — o Produto Interno Bruto (PIB) caiu por dois trimestres consecutivos — e as eleições presidenciais se aproximando, as expectativas em relação ao que será 2022 aumentaram muito. Há o temor de que, por decisões equivocadas do governo e por falta de ações do Congresso, não só a economia mergulhe de vez no atoleiro,

como o desemprego volte a crescer e a inflação se mantenha em níveis inaceitáveis. Pior: com mais brasileiros mergulhando na pobreza.

Para debater os rumos do país e mostrar caminhos que possam evitar esse quadro dramático, o Correio promoverá, nesta quinta-feira, 9 de dezembro, entre 14h30 e 18h40, o seminário Desafios 2022. Para onde vai o Brasil.

O evento reunirá representantes do Legislativo, do Executivo, economistas de renome, representantes do setor produtivo e especialistas em questões ambientais. Não há atalhos para se evitar o pior. O momento exige bom senso e escolhas corretas. O Brasil já errou demais nos últimos anos.

A abertura do seminário está a cargo do presidente do Congresso, o senador Rodrigo Pacheco

(PSD-MG). No primeiro painel, sobre a agenda do Legislativo para o crescimento econômico, participam a senadora Simone Tebet (MDB-MS); o vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM); e o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (sem partido-RJ). A seguir, no segundo painel, o debate será conduzido pela economista Zeina Latif; pela economista-chefe do

Credit Suisse, Solange Sour; pelo estrategista-chefe do Wealth High Governance (WHG), Tony Volpon; e pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida.

A última parte das discussões contará com Adriana Ramos, assessora de Política e Direito do Instituto Socioambiental; Fábio Bentes, economista sênior da Confederação Nacional

do Comércio (CNC); Venilton Tadini, presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e da Indústria de Base (Abid); e de Mário Sérgio Carraro, gerente-executivo de economia da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O seminário poderá ser acompanhado, em tempo real, pelo site do Correio (correio braziliense.com.br) e por meio das redes sociais de jornal.